Reunião do Fórum Nacional da Enfermagem debate fontes de financiamento

O Fórum Nacional da Enfermagem, dando continuidade aos debates na busca de aprovação de projetos que garantam o financiamento para pagamento do piso salarial da enfermagem, realizou na última sexta feira, 14 de outubro, uma importante reunião, aonde foram debatidas duas PECs – Proposta de Emenda Constitucional. Participaram da Reunião o deputado federal, Mauro Benevides, autor da proposta protocolada nesta semana na câmara dos deputados. A proposta estabelece a criação de fonte de financiamento para cumprimento do piso salarial da enfermagem no setor público e filantrópico, a partir do superávit financeiro dos fundos públicos do poder executivo como fonte de recursos para pagamento dos pisos. Na reunião, o deputado destacou que sua proposta é viável, tendo em vista que não será criado um novo tributo, visto que somente será aperfeiçoado o texto do art. 198 da EC 124/2022 de modo assegurar que a união ofereça assistência financeira complementar aos estados, ao distrito federal, aos municípios e às entidades filantrópicas para cumprimento do piso salarial, de modo similar ao que acontece para os ACS e ACE. As entidades integrantes do fórum se comprometeram a trabalhar, juntamente com o deputado, na coleta de assinaturas para que a proposta atinja a quantidade mínima de assim aturas exigidas de 171 de deputados. A assessoria parlamentar da FNP – Frente Nacional dos Prefeitos também participou da reunião. André Luiz dos Santos, disse que a frente manifesta concordância com a proposta da fonte de financiamento apresentada na proposta de emenda constitucional de autoria do deputado Hildo Rocha, contudo, a entidade faz uma ressalva quanto a forma de distribuição dos recursos criados pela proposta, visto que se a distribuição estiver vinculada ao FPM – Fundo de Participação dos Municípios, criará distorção importante na distribuição dos valores, já que, pela proposta, os recursos a serem distribuídos para pagamento do piso serão inversamente proporcional ao número de habitantes por município. O assessor citou como exemplo de distorção o fato de que nos pequenos municípios com até cinco mil habitantes os valores a serem repassados para complementar o pagamento seria superior ao valor do próprio piso salarial, enquanto que para os municípios com mais de 500 mil habitantes o valor ficaria pouco mais de duzentos e cinquenta reais por profissional. É contra essa distorção que a FNP se insurge. Como encaminhamento, ficou definido que além da luta pela aprovação imediata das fontes de financiamento para pagamento do piso o fórum deverá trabalhar para que os recursos oriundos das fontes a serem criadas sejam repassadas aos entes públicos e filantrópicos considerando-se a quantidade de profissionais contratados por município. Foi definido manter a mobilização das entidades e da categoria junto ao congresso nacional, semanalmente. Também foi definido realizar uma LIVE do fórum na terça feira da próxima semana, 18 de outubro, às 20 horas, com a participação do deputado Mauro Benevides para debater as fontes de financiamento.